


## Aspetos Profissionais e Sociais da Engenharia Informática

Privacy (conclusion)

Rui L Aguiar, UA/IT

1




## Covered aspects....

- AI
  - Market, technology, what is "IA"
- Open source models, trabalhos derivados
- Marcas, IPR
- Standards
- Dilemas de personalidade – tempo e constância.
- Applied AI issues: autonomous driving and decisions
- Cybersecurity – what is it and what is the impact
- Cybercrime
  - Employment and information leakage
- Reputation
- Legal intercept
- Cybermarket
- GPDR

2

2



## Today....

---

- GPDR details
- Work #3


3

3



# PRIVACIDADE

4




---

1. Introdução ao Regulamento (EU) 2016/679
2. Direitos do titular dos dados
3. Obrigações dos responsáveis pelo tratamento
4. Legislação Nacional vs Regulamento

Informação dos slides para ser lida em casa, como material de estudo

5



# Regulamento Europeu Proteção de Dados

## Proteção de dados como direito fundamental

A proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental.

- artigo 8.º, n.º 1, da **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia** («Carta»)
- artigo 16.º, n.º 1, do **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** (TFUE)

*"Todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito"*

6

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Introdução ao Regulamento (EU) 2016/679

Desde o dia 04 de Maio de 2016 que a União Europeia tem um novo quadro normativo para a Proteção de dados, estabelecendo as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. O Regulamento\* entrou em vigor no dia 25 de Maio de 2018.

O regulamento aplica-se:

- em todo o território da União Europeia.
- a todas as empresas e entidades públicas que tratem dados pessoais.
- ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados.
- ao tratamento de dados, de residentes no território da União, efetuado por um responsável não estabelecido na União.
  - -> [\(edpb\\_guidelines\\_3\\_2018\\_territorial\\_scope\\_pt.pdf\)](#)
- entidades subcontratadas.


\* (deriva da anterior Diretiva Europeia 95/46 CE de 1995)

7


Regulamento Europeu Proteção de Dados

Introdução ao Regulamento (EU) 2016/679


REGULAMENTO GERAL PROTEÇÃO DE DADOS (UE) 2016/679




Harmonização



Proteção



Transparência



Menor burocracia

8

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Definições

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

Responsável pelo tratamento

Pessoa singular ou coletiva que, individualmente ou em conjunto com outras, ~~detém~~**detém** os meios de tratamento de dados pessoais.

Subcontratante

Uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo **que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes**

Violação de dados pessoais

Uma violação que provoque, de modo accidental ou ilícito a **destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.**

Autoridade de Controlo

Uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro.  
CNPD em Portugal; CNIL na França  
ICO na Inglaterra – fora da UE, mas existe uma decisão de adequação;  
Etc ....

Art. 4º Regulamento (UE) 2016/679

9

Regulamento Europeu Proteção de Dados

O que são dados pessoais?

Todos e quaisquer dados relativos a **pessoas singulares** identificadas ou identificáveis, direta ou indiretamente, como por exemplo o nome, morada, e-mail, idade, estado civil, dados de localização, genéticos, fisiológicos, económicos, culturais, **sociais** ou identificadores por via eletrónica.

Nome

Morada

Localização

Identificador em linha

Informação de saúde

Rendimento

Perfil cultural

entre outros

10

5

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Categorias Especiais de Dados Pessoais(sensíveis)

Origem étnica

Origem racial

Opiniões políticas

Convicções religiosas

Convicções filosóficas

Filiação sindical

Dados genéticos

Dados biométricos

Saúde

Vida sexual

Orientação sexual

Reserva de Intimidade da Vida Privada e Familiar

Situação económica

Videovigilância

Dados de Geolocalização

Condenações Penais

Art. 9º Regulamento (UE)2016/679

Constituição República Portuguesa

11

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Categorias Especiais de Dados Pessoais

Origem étnica

Origem racial

Opiniões políticas

Convicções religiosas

Convicções filosóficas

Filiação sindical

Dados genéticos

Dados biométricos

Saúde

Vida sexual

Orientação sexual

Reserva de Intimidade da Vida Privada e Familiar

Situação económica

Videovigilância

Dados de Geolocalização

Condenações Penais

Art. 9º Regulamento (UE)2016/679

Constituição República Portuguesa

proibição de tratamento dados especiais

12

6

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Princípios do Regulamento -> Categorias de dados especiais

A proibição não se aplica quando se verificar um dos seguintes casos:

Se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito (exceto a lei proibir)	Cumprimento de obrigações/exercício de direitos específicos de RdTou do titular
Proteger os interesses vitais do titular dos dados	Por um organismo sem fins lucrativos e com fins políticos, filosóficos, religiosos ou sindicais (aos seus elementos)
A dados pessoais que tenham sido manifestamente tornados públicos	Necessário à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito
Necessário por motivos de interesse público	Necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho
Interesse público no domínio da saúde pública	Necessário para fins de arquivo de interesse público, estatístico, científico ou histórico

13

Regulamento Europeu Proteção de Dados

O que são dados pessoais?

- O retrato físico de uma pessoa (fotografia ou outro) e registos de voz ou vídeo **são dados pessoais**
- Assunção a partir de um retrato físico de características possivelmente categorizáveis como dados especiais (e.g. a etnia a partir da cor), implica de tais assunções estar-se perante tratamento de dados sensíveis?
  - **Não**, salvo se houver tratamento de informação

E.g. Tratamento de fotografias por meios tecnológicos e que permitam a identificação inequívoca ou a autenticação de pessoa, corresponde a tratamento de dados biométricos, e bem assim dados sensíveis.

14

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Anonimização

- Aplicação de técnicas de conversão de dados pessoais em dados anónimos, e.g. a supressão de atributos, a codificação, a generalização ou introdução de ruído.
- Se a finalidade de tratamento é possível com dados anonimizados, os dados têm que ser anonimizados.

**Se adequadamente anonimizados, ficam fora do âmbito do RGPD!**

- Se investigador recolher dados pessoais e só posteriormente os anonimizar, os dados brutos iniciais ainda são pessoais e devem ser tratados como tal.

*e.g. dados de transcrição de entrevistas gravadas, ainda que subtraída de informações de identificação pessoal, não se traduz em anonimização, até que os dados brutos sejam destruídos.*

15

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Anonimização e re-identificação

- O RGPD aplica-se a **dados pessoais**; se os dados estão (adequadamente) anonimizados o quadro legal não se aplica.
- Mas... com a emergência do *big data* estudos mostram que pessoas podem ser re-identificadas a partir de dados anónimos e.g. usando apenas o código postal, data de nascimento e sexo, com 87% de precisão (Gumbus e Grodzinsky 2016)

16



Regulamento Europeu Proteção de Dados

Anonimização e re-identificação

<https://www.kdnuggets.com/2016/03/netflix-prize-analyzed-movie-ratings-recommender-systems.html>

- caso Netflix Prize Dataset

<https://www.kdnuggets.com/2016/03/netflix-prize-analyzed-movie-ratings-recommender-systems.html>

▪ ~500.000 registos anónimos de classificações de filmes

▪ Objetivo era fomentar investigação científica...

▪ ... e fomentar propostas de algoritmos capazes de prever o rating atribuído por utilizadores a filmes

▪ Dois investigadores - Arvind Narayanan e Vitaly Shmatikov – cruzaram informações com perfis públicos no IMBD (The Internet Movie Database)

▪ Apenas algumas preferências ( $2 \leq \text{filmes} < 8$ ) mostraram ser suficientes para realizar re-identificação

▪ Outras informações pessoais sensíveis foram inferidas, tais como orientação política...

PREDICTING MOVIE RATINGS  
AND RECOMMENDER SYSTEMS

Arkadiusz Poterek

★ ★ ★ ★ ★

17

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Pseudonimização

Tratamento de dados de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a **informações suplementares**, e desde que essas **informações suplementares** sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas para assegurar que os dados não possam ser atribuídos a **uma pessoa singular**:

▪ Projetos onde a anonimização compromete finalidades, sendo necessário manter um vínculo entre os sujeitos da investigação e os dados pessoais.

▪ Não remove o carácter pessoal dos dados.

18

9

Regulamento EuropeuProteção de Dados

Actividades de Tratamento

Operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados:

Recolha	Adaptação ou Alteração
Registo	Recuperação
Organização	Consulta
Estruturação	Utilização
Conservação	Divulgação por transmissão
Comparação ou Interconexão	Apagamento ou Destruição

19

Regulamento EuropeuProteção de Dados

“Direito” ao consentimento

«Consentimento» do titular dos dados, uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento;

Condições aplicáveis ao consentimento

- Quando o tratamento for realizado com base no consentimento, o responsável pelo tratamento deve poder demonstrar que o titular dos dados deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.
- Há que verificar se a execução está subordinada ao consentimento para o tratamento de dados pessoais que não é necessário para a execução desse contrato
- O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.
- Caso a criança tenha menos de 16 anos (em Portugal e por via da Lei 58/2019 a idade mínima foi estabelecida nos 13 anos), o tratamento só é lícito se e na medida em que o consentimento seja dado ou autorizado pelos titulares das responsabilidades parentais da criança.

20


Regulamento EuropeuProteção de Dados

"Direito" ao consentimento AQUI

Normalmente obtido sob a forma de declaração escrita, com referência à Informação ao Titular, e pode ser recolhido por meios eletrónicos, por exemplo:

(1)Consinto em que os meus dados pessoais sejam utilizados no âmbito do projeto de investigação *[identificar qual o projeto de investigação]* de acordo com a finalidade e demais informações que me foram disponibilizadas na Informação supra:

Sim ☐ Não ☐



Somente após a disponibilização da Informação ao Titular e obtida a sua manifestação positiva de consentimento podem os dados ser tratados (incluindo a recolha).

21

Regulamento EuropeuProteção de Dados

"Direito" ao consentimento

### Consentimento nos planos legal e ético

**Plano Legal:** Consentimento do titular de dados (livre, específico, informado e explícito)

*versus*

**Plano Ético:** Consentimento informado de participantes na investigação.


O primeiro refere-se ao consentimento para tratamento de dados pessoais nos planos legais do RGPD.

O último ao consentimento do sujeito de investigação para participar no projeto, nos planos da ética e boas práticas na investigação científica.

→Necessário, mesmo com dados anonimizados, no planoético.

→**Não se referirá** ao tratamento de dados pessoais, mas apenas à participação no projeto e/ou a outras circunstâncias do projeto no plano ético.

22



# 

1. Introdução ao Regulamento (EU) 2016/679
- 2. Direitos do titular dos dados**
3. Obrigações dos responsáveis pelo tratamento
4. Legislação Nacional vs Regulamento

23



## Regulamento Europeu Proteção de Dados

### Direitos do titular dos dados



#### Informação



Acesso



Retificação



Eliminação



Limitação



Portabilidade



Oposição

#### Direitos ARCO

Access, rectification, cancellation, opposition



#### Decisões Automatizadas

24

Regulamento EuropeuProteção de Dados

Direitos do titular dosdados

Informação ao Titular...

- A identidade e os contactos do responsável pelo tratamento e, se for caso disso, do seu representante;
- Os contactos do encarregado da proteção dedados.
- As finalidades do tratamento .
- O fundamento jurídico para o tratamento
- Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais.
- Transferências para países terceiros, existência de decisão da Comissão, ou garantias adequadas.
- Prazo de conservação dos dados pessoais (ou critérios).
- Direitos ARCO.
- Direito de retirar oconsentimento.
- O direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo .
- Existência de decisões automatizadas, lógica aplicada, importância e consequências.

Momento da recolha

Regulamento EuropeuProteção de Dados

Direitos do titular dosdados

Informação ao Titular...

Informação ao Titular ≠ Consentimento

Informação a facultar é obrigatória independentemente do fundamento legal

Momento da recolha

1. Introdução ao Regulamento (EU)2016/679
2. Direitos do titular dos dados
3. **Obrigações dos responsáveis pelo tratamento**
4. Legislação Nacional vs Regulamento

28

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Regras e Responsabilidades

O **regulamento** vem definir um **conjunto de novas obrigações** em matérias de proteção de dados e privacidade. O responsável pelo tratamento deverá garantir:

Regras e Responsabilidades

- **licitude, lealdade e transparência:** objeto de um **tratamento lícito**, leal e transparente em relação ao titular dos dados;
- **limitação das finalidades:** recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- **minimização dos dados:** adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades ;
- **exatidão:** **exatos e atualizados** sempre que necessário . Os dados inexatos devem ser apagados ou retificados sem demora;
- **limitação da conservação:** conservados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- **integridade e confidencialidade:** tratados de uma forma que garanta a proteção contra o tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental;

Adequação  
Regl. Europeu

29

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Princípios do Regulamento -> **Licitude**

O tratamento só será lícito se cumprir:



Consentimento do interessado



Execução de contrato/ medidas pré- contratuais



Cumprimento da obrigação legal do Responsável pelo Tratamento



Proteção de interesses vitais



Cumprimento de missão de interesse público / Exercício poderes públicos



Interesse legítimo do Responsável pelo Tratamento ou terceiros, se não prevalecem os direitos do interessado

30

Regulamento Europeu Proteção de Dados

...minimização dos dados

## Fundamento legal baseado em Interesses legítimos - Exemplo

Uma instituição de ensino superior (IES), pública ou privada, tem interesse em investigar os fatores socioeconómicos que influenciam a retenção de alunos e o seu percurso académico na instituição.

A IES tem bases de dados disponíveis fruto dos concursos de ingresso, incluindo diversas variáveis de descrição socioeconómica dos candidatos, bem como dados sobre o percurso académico dos alunos.

É do interesse legítimo da IES realizar a investigação, que tem aliás grande interesse público.

*Exercício de ponderação: IES deve assegurar garantias (e.g. pseudonomização) e medidas de mitigação de risco, e demonstrar que os interesses, direitos e liberdades e garantias dos participantes não prevalecem sobre os interesses legítimos da IES.*

- Em qualquer caso, o dever legal de informação ao titular mantém-se.
- O titular dos dados pode exercer o Direito de Oposição, mas o *opt-out* não é automático.
- Opcionalmente e como garantia adicional, a IES pode aplicar consentimento informado de participação.

31

Regulamento EuropeuProteção de Dados

... limitação da conservação

Adequação  
Regl. Europeu

minimização dos dados:

adequados, pertinentes e  
limitados ao que é necessário  
relativamente às finalidades ;

limitação da conservação:

conservados apenas durante  
o período necessário para as  
finalidades para as quais são  
tratados;

Segurança da Informação:

avaliar o nível de segurança  
adequado, em particular devido à  
destruição, perda e alteração  
acidentais ou ilícitas, e à divulgação  
ou ao acesso não autorizados, de  
dados pessoais transmitidos,  
conservados ou sujeitos a qualquer  
outro tipo de tratamento.

.....

Notícia de 16 de Julho 2017

"O número de identificação fiscal só é necessário para efeitos de identificação dos cidadãos perante a administração fiscal", lembra a CNPD no seu parecer, da passada quarta-feira, dois dias antes de ter sido publicado o regime que criou a plataforma de queixas digital.  
  
A CNPD recomenda a "reponderação" daquele prazo de conservação, "por forma a reduzir o mesmo ao período estritamente necessário", e lembra que tornar a informação anónima pode, depois de resolvido o problema que deu origem à reclamação, ser uma solução de conservação sem conhecer a identidade dos reclamantes.

Protecção de dados avisa: chave móvel digital tem inseguranças

Faltam regras mínimas de segurança na definição de palavras-passe e o sistema não garante que não seja possível que as mesmas sejam deduzíveis. As críticas são da CNPD, mas o Governo desvaloriza e garante que os níveis de segurança são os adequados.

Notícia de 13 de Fevereiro 2018

33

Regulamento EuropeuProteção de Dados

Registos das Atividades de Tratamento

Registos das atividades de tratamento

Cada **responsável pelo tratamento** e, sendo caso disso, o seu representante deverá conservar um registo de todas as atividades sob a sua responsabilidade:

- O nome e os contactos do responsável pelotratamento;
- As finalidades do tratamento;
- A descrição das categorias de dados pessoais;
- As categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados;
- Identificação dos países terceiros ou organizações internacionais para onde os dados serão enviados
- Identificação dos prazos para o apagamento das diferentes categorias de dados;
- Descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança

35

16



Regulamento Europeu Proteção de Dados

Transferência Internacional de dados

Decisão de adequação

Decisão da Comissão que garante um nível adequado de proteção de dados no país em questão.

✓ Instrumento juridicamente vinculante e exigível entre as autoridades.

✓ Cláusulas tipo adotadas pela Comissão/Autoridade de Proteção de Dados.

✓ Código de conduta.

✓ Mecanismo de certificação.

✓ Autorização da Autoridade de Controlo.

Garantias adequadas

Exceções

✓ Consentimento

✓ Execução contrato/medidas pré-contractuais

✓ Contrato no interesse do afetado, negociação, exercício ou defesa de reclamações

✓ Razões de interesse público

✓ Proteção interesse vital

✓ Desde registro público

Normas Corp. Vinculantes

36

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Entidades subcontratadas

Tratamento de dados

1. Verificação **prévia** de **garantias** reunidas pelos Terceiros.

2. Formalização de **contratos**.

3. Autorização **prévia** para subcontratar.

4. Verificação das **garantias** ao longo da prestação.

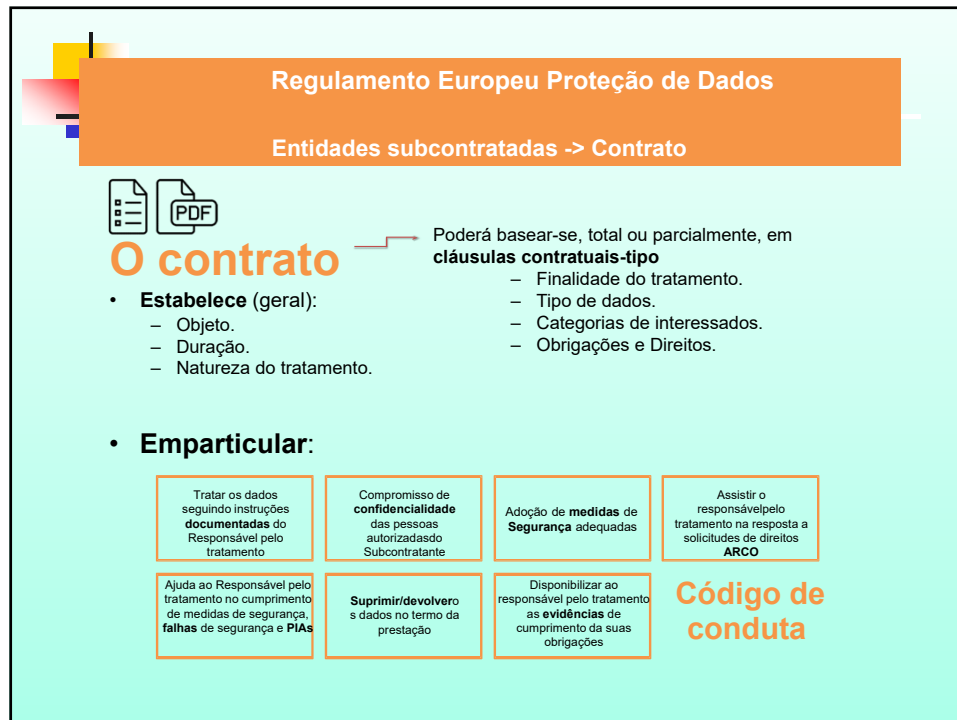
Operação realizada por um **Terceiro**, por conta do Responsável pelo tratamento.

Parte da operação realizada por outro **Terceiro**, por conta do Responsável pelo tratamento.

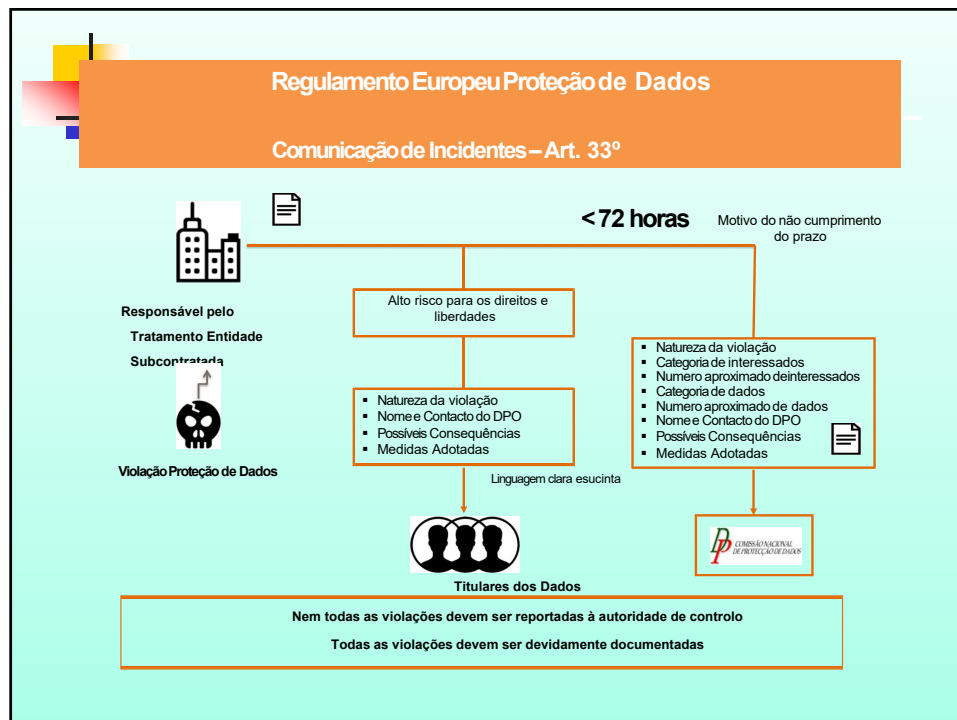
! Recordar que o Subcontratante seja considerado como Responsável pelo Tratamento.

37

17



38



39

## Regulamento Europeu Proteção de Dados

### Privacy By Design and Privacy By Default

- A adopção de medidas que respeitem os princípios da proteção de dados desde a concepção (*privacy by design*) e da protecção de dados por defeito (*privacy by default*).
- O responsável pelo tratamento deverá adotar orientações internas e aplicar medidas que respeitem, em especial, os princípios da proteção de dados desde a concepção e da proteção de dados por defeito, podendo tais medidas incluir a minimização do tratamento de dados pessoais, a pseudonimização de dados pessoais, encriptação, etc.

40

## Regulamento Europeu Proteção de Dados

### Encarregado Proteção de Dados (DPO)

Art. 39º Regulamento (UE) 2016/679

Data Privacy Officer (DPO)

DPO

conhecimento especializado no domínio do direito e das práticas de Proteção de dados

interno | externo

dotação de recursos suficientes para o adequado desempenho da função

dependência hierárquica ao mais alto nível

absoluta independência no desempenho das suas funções

Aplicável a grupos empresariais | organismos públicos

função

Informa e aconselha

Controla a conformidade


Presta aconselhamento

Coopera

Ponto de contacto

41

19



---

1. Introdução ao Regulamento (EU)2016/679

2. Direitos do titular dos dados

3. Obrigações dos responsáveis pelo tratamento

4. **Legislação Nacional vs Regulamento**

44



Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

DELIBERAÇÃO<sup>n</sup> 1704 /2015 (CNPd)

Aplicável aos tratamentos de dados pessoais efetuados no âmbito de investigação clínica

Lei da Investigação Clínica

*“os estudos clínicos devem ser são realizados no estrito respeito pelo princípio da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos fundamentais, reforçando-se que os direitos dos participantes prevalecem sobre os interesses da ciência e da sociedade .....na realização da investigação devem ser tomadas todas as precauções no sentido do respeito da privacidade e dos direitos de personalidade”*

45

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – **Investigação/Saúde (exemplo)**

Legislação

- ❑ A Convenção 108.º do Conselho da Europa, de 28 de janeiro de 1981;
- ❑ A Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro;
- ❑ O n.º 1 do artigo 26.º, o artigo 35.º e o n.º 4 do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa (doravante, CRP);
- ❑ **A Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto;**
- ❑ Lei n.º 21/2014, de 16 de abril, alterada pela Lei n.º 73/2015, de 27 de julho (LIC – Lei Investigação Clínica);
- ❑ A Lei n.º 12/2005, de 26 de janeiro, relativa à Informação genética pessoal e informação desalúde;
- ❑ A Lei n.º 48/90, de 24 de agosto (Lei de Bases da Saúde);
- ❑ A Lei n.º 125/99, de 20 de abril, relativa ao Regime Jurídico das Instituições de Investigação Científica;
- ❑ O Código Deontológico da Ordem dos Médicos;
- ❑ A Declaração de Helsínquia da Associação Médica Mundial;

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – **Investigação/Saúde**

Deliberação N° 1704 /2015 (CNPd)

- ❑ Os investigadores, na avaliação prévia, devem ponderar os riscos previsíveis não apenas para a vida ou integridade física das pessoas, mas também para a privacidade e para a proteção dos dados pessoais.
- ❑ **Lei de investigação clínica, distingue as seguintes formas de investigação:**
  - ensaios clínicos;
  - estudos clínicos sem intervenção;
  - estudos clínicos com intervenção;
  - estudos clínicos de dispositivo médico;
  - estudos clínicos de produtos cosméticos e de higiene corporal.
- ❑ Os tratamentos de dados pessoais com a finalidade de realizar investigação clínica incidem necessariamente sobre dados sensíveis, designadamente dados pessoais relativos à saúde, relativos à vida privada e dados genéticos.

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

Princípios de Protecção de Dados

➤ Adequados, pertinentes e não excessivos relativamente à finalidade da recolha;

❑ a adequação, pertinência, bem como a necessidade e não excessividade dos dados são aferidas pela avaliação das categorias de dados recolhidos em função da finalidade do estudo de investigação.

➤ Tratados de forma lícita e com respeito pelos princípios da boa-fé;

➤ Tratados e conservados apenas durante o tempo necessário ao cumprimento da finalidade, não podendo os dados ser utilizados para outras finalidades;

➤ Princípios da transparência Prestação do direito de informação;

➤ Obtenção do consentimento

48

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

Princípio da proporcionalidade

❑ Terá de verificar se o tratamento se revela como o meio adequado para o fim visa do.

❑ Salvaguardando, por um lado,

✓ o direito à proteção dos dados pessoais e outros direitos fundamentais dos titulares e,

✓ por outro, o interesse do responsável, o qual se consubstancia também num direito que não pode ser comprimido para além do necessário, devendo ser atingido um justo equilíbrio que não afecte o conteúdo essencial dos direitos em presença.

➤ Esta ponderação exige:

✓ o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais de todas as pessoas;

✓ a investigação para a saúde, devendo procurar-se envolver os serviços, os profissionais e a comunidade

Exceções

Há casos em que a condição de legitimidade para tratamento de dados pessoais de saúde– para fins de investigação científica se preenche, na ausência de consentimento livre, específico, informado e expresso, com a verificação rigorosa da importância do concreto e efectivo interesse público da investigação, que conduza a outras condições de legitimidade

49

22

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Analisar as características gerais dos estudos:**

- 1. designadamente se os mesmos são prospectivos ou retrospectivos;
- 2. se obrigam à recolha de dados identificados;
- 3. se o estudo pode ser efectuado com dados identificáveis ou, ainda, se poderá decorrer com dados não identificáveis.

4. sempre que um estudo possa ser efectuado sem o tratamento de dados pessoais, deve ser essa a opção do investigador.

5. Sempre que o estudo puder ser feito com dados anonimizados, em que não se identifica nem permite identificar os titulares dos dados, deve ser esta a opção tomada para a investigação.

6. No caso de não se poder efectuar o estudo com dados anónimos, deve privilegiar-se a utilização de dados codificados, ainda que estes possam ser, mediante a aplicação de uma chave de descodificação, convertidos em dados pessoais.

- Só em último caso e perante a estrita necessidade se admite a utilização de dados pessoais de saúde para efeitos de investigação científica. A entidade responsável deve justificar a necessidade de efectuar o estudo de forma identificada ou identificável.

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Recolha dos dados**

Os dados podem ser recolhidos directamente do titular, por resposta directa a inquéritos/questionários, que lhe serão disponibilizados pelo investigador ou por profissionais de saúde que colaboram no estudo.

No caso da recolha de amostras, devem ser adoptadas técnicas pouco intrusivas e meios que preservem a dignidade da pessoa humana e a integridade física e moral das pessoas.

Podem, também, no âmbito de estudos retrospectivos, ser recolhidos indirectamente pelo médico assistente, que os transmitirá ao investigador. Nesta situação poderá não haver necessidade de identificar o dados, situação em que as informações deverão ser disponibilizadas de forma anónima.

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Condiçõesdelegitimidade**

❑Tendo a natureza de sensíveis os dados abrangidos pelos estudos em causa, por serem dados de saúde, dados genéticos, dados da vida privada e/ou dados relativos à raça ou etnia, aplica-se o princípio, quer constitucional quer legal, da proibição do seutratamento.

❑ Existem algumas exceções expressamente previstas na lei, sendo permitido o seu tratamento quando se verifiquem as condições de legitimidade:

- lei (formal) habilitante;
- consentimento livre, específico, informado, expresso do titular e escrito;
- autorização da CNPD,em virtude de interesse público importante e desde que o tratamento seja indispensável ao exercício de atribuições legais ou estatutárias do seu responsável, desde que sejam asseguradas garantias de não discriminação.

As unidades do sistema de saúde só podem utilizar os dados pessoais de saúde para fins de investigação científica nos termos constantes da autorização escrita do titular.

52

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Condições de legitimidade**

❑ Quando se tratar de investigação científica retrospectiva de informação de saúde extraída de outros dados pessoais que não as amostras (fichas clínicas, por exemplo), no caso de ausência de consentimento, a autorização para o tratamento de dados pessoais deve revestir-se de uma ponderação minuciosa.

- Em primeiro lugar, devem estar cabalmente circunstanciadas e demonstradas as “*situações especiais*”.
- deve ser demonstrada de forma inequívoca a existência e a importância do interesse público do estudo ou da investigação em causa;

❑ A importância do interesse público da investigação a efectuar com o tratamento de dados pessoais de saúde sem o consentimento dos titulares deve ser declarada pela entidade independente que acompanha e avalia cientificamente estas instituições, quer internamente, quer pelo Ministério responsável pela tutela das áreas da Ciência e da Tecnologia

53



### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Condições de legitimidade**

☐ **Utilização de dados pessoais de saúde**, sem consentimento dos titulares, para fins de investigação científica, **efetuados no âmbito de teses académicas**.

- em princípio **não deve ser admitida a utilização desses dados sem o consentimento dos titulares**.
- os tratamentos de dados pessoais para fins de investigação científica sem consentimento dos titulares, além de ser uma realidade absolutamente excepcional dificilmente compaginável com finalidades individuais ou privadas, **deve revestir-se de garantias de capacidade técnica, de dotação de meios, de suficiência organizacional, de adopção de medidas de segurança** que muito raramente se verificam numa pessoa individual.
- Tal não obsta a que os **Comités de Ética das Universidades**, acompanhados pelos Comités de Ética Hospitalares, motivando e fundamentando a **importância do interesse público na investigação, se responsabilizem pelo acompanhamento e avaliação dos estudos em causa, assumindo a responsabilidade efectiva pela dotação de meios adequados à pessoa singular em causa**.

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde

**Responsável do Tratamento**

☐ O responsável pelo tratamento é a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.

☐ A LIC considera responsáveis pela realização do estudo clínico o promotor, o investigador e o monitor. No entanto, a responsabilidade pela realização do estudo não é necessariamente coincidente com a responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais no contexto do estudo.

☐ **O promotor é o responsável pela conceção e realização do estudo, competindo-lhe assegurar que o estudo é realizado em conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.**

☐ **O promotor é a entidade que determina a finalidade e os meios do tratamento de dados pessoais.** O promotor é o responsável pelo tratamento de dados pessoais, a quem incumbe cumprir as obrigações decorrentes da LPDP.

☐ Pela própria natureza da investigação clínica o investigador pratica atos materiais típicos do responsável, como seja a obrigação de informar, a obrigação de obter consentimento prévio, dos participantes titulares dos dados, a obrigação de assegurar o processamento dos dados pessoais e garantir a confidencialidade do estudo.

**NOTA:** Por vezes existem as situações em que pode haver coincidência entre o promotor e o investigador, podendo suceder em estudos clínicos efetuados para obtenção de graus académicos.




**Regulamento Europeu Proteção de Dados**  
**Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde**

**Subcontratantes**

- ☐ O investigador é um subcontratante do promotor que se responsabiliza pela realização do estudo no centro de estudo clínico, cabendo-lhe, em representação e em nome do promotor, cumprir o previsto no artigo 10.º da LIC
- ☐ Entre o promotor e o subcontratante deve haver um contrato, ou outro ato jurídico, que vincule o subcontratante ao responsável pelo tratamento.
- ☐ Nesse contrato ou ato jurídico, o qual revestirá a forma escrita, com valor probatório legalmente reconhecido, deve constar que o subcontratante apenas atua mediante instruções do responsável pelo tratamento.

56



**Regulamento Europeu Proteção de Dados**  
**Legislação Nacional vs Regulamento – Investigação/Saúde**

**Medidas de Segurança**

O sistema deve garantir uma separação lógica entre os dados referentes à saúde e os restantes dados pessoais, de natureza administrativa;

- ☐ permitir o acesso à informação de acordo com os diferentes perfis de utilizador, com níveis de acesso diferenciados e privilégios de manuseamento da informação distintos
- ☐ adoptadas medidas de segurança que impeçam o acesso à informação a pessoas não autorizadas.
- ☐ sempre que haja circulação da informação de saúde em rede, a transmissão dos dados deve ser cifrada
- ☐ manter um registo de acesso à informação sensível para controlo das operações e para a realização auditorias internas e externas.

**Independentemente das medidas de segurança adoptadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efectiva segurança da informação e dos dados tratados.**

57

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento

Caso especial: Dados pessoais tratados por alunos

Dados pessoais tratados por alunos

Os alunos usam/tratam dados pessoais essencialmente por três razões:

- 1 . **Por razões pessoais**, por exemplo para comunicar com a família e amigos com a sua conta email institucional;
2. **Para prosseguir estudos**, por exemplo fazendo pesquisas e escrevendo um ensaio, relatório ou tese;
3. Em processos de investigação, **enquanto membros de uma equipa de investigação** estabelecida na Universidade.

O tratamento de dados pessoais existe em variadas formas, tais como a manutenção de um livro de registo de endereços, uma base de dados com informação variada, dossiers ou listas em papel também com informação pessoal, ou apenas um mero registo de uma conta de email pessoal, entre outros.

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento


Caso especial: Dados pessoais tratados por alunos

Dados pessoais tratados por alunos

cenário Um

Um aluno processa dados pessoais das suas relações e vida pessoal, por exemplo escrevendo um e-mail (usando a conta de email que a universidade lhe forneceu) para a família sobre o recente aniversário de um colega.

A Universidade não é o responsável pelo tratamento de dados de dados pessoais tratados pelo aluno no curso da sua vida pessoal, pois a Universidade não determina a finalidade do tratamento. O facto do aluno poder usar a sua conta de mail institucional não torna a Universidade responsável pelo tratamento de dados pessoais para esse efeito. Nesta situação o responsável pelo tratamento de dados é o próprio aluno, que responde pessoalmente, podendo sustentar a sua atuação nas relações também pessoais, não abrangidas pelo RGPD.



**Regulamento Europeu Proteção de Dados**  
**Legislação Nacional vs Regulamento**  
**Caso especial: Dados pessoais tratados por alunos**

**Dados pessoais tratados por alunos**


**cenário dois**

Um aluno processa dados pessoais tendo em vista a prossecução dos seus estudos, por exemplo num trabalho de dissertação incluído no curso, ainda que orientado por um supervisor, que terá mesmo sugerido a realização de entrevistas para a sua concretização.

Nestas circunstâncias a universidade não é o responsável/controlador de dados. Os alunos frequentam a universidade tendo em vista benefícios pessoais, materializados no conhecimento e qualificações obtidos, não sendo funcionários ou agentes da universidade, nem podendo atuar em nome desta. O aluno decide, ainda que aconselhado, o trabalho que vai fazer e a forma como o vai realizar, devendo tomar essas decisões por si próprio, demonstrando as suas capacidades em ordem à obtenção do grau pretendido.

O eventual facto do aluno ter sido recomendado para realizar entrevistas pelo seu supervisor não torna a universidade responsável pelo tratamento de dados pessoais dos entrevistados. **O papel do supervisor é ensinar e aconselhar o aluno, aqui se incluindo conselhos sobre proteção de dados pessoais, como parte da sua formação em boas prática de pesquisa**, mas é o aluno, em seu benefício, quem realiza as entrevistas.

60



**Regulamento Europeu Proteção de Dados**  
**Legislação Nacional vs Regulamento**  
**Caso especial: Dados pessoais tratados por alunos**

**Dados pessoais tratados por alunos**

**cenário três**

Um estudante submete à Universidade, para avaliação, um trabalho (ex. um ensaio, relatório ou tese) que envolve – inclui- dados pessoais.

Nessa situação, a Universidade, por via de um ou mais dos seus elementos, é responsável pelo tratamento de dados, relativamente aos dados pessoais contidos no trabalho, a partir do momento em que o mesmo é entregue.

- Mesmo que o tratamento de dados envolvido possa ser apenas materializado na leitura do documento com o único propósito de o avaliar, sendo essa uma das funções da Universidade.

61

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento

#### Caso especial: Dados pessoais tratados por alunos

**Dados pessoais tratados por alunos**

**cenário quatro**

Um aluno/bolseiro processa dados pessoais no âmbito de um projeto em que trabalha, incluído numa equipa de projeto da Universidade.

Nestas circunstâncias a Universidade é responsável/controlador de dados para dados pessoais tratados por esse aluno. O aluno/bolseiro processa os dados pessoais para os fins previstos no projeto, sendo mandatado/decidido pela Universidade (através de um ou vários seus elementos) a forma como tais dados serão tratados, e não pelo aluno. Os resultados do processamento pertencem à Universidade e não ao aluno, portanto a Universidade é o responsável/controlador de dados e o aluno atua como um agente da Universidade. Este é por exemplo o caso de um aluno financiado por um projeto de investigação. Normalmente apenas alunos de pós-graduação se encontram neste tipo de cenário. No entanto nem todas as Investigações/pesquisas realizadas por alunos de pós-graduação são da responsabilidade da universidade.

62

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

- ☐ CRP– artigos 35.º e 268.º, n.º 2
- ☐ Lei nº 58/2019, de 08 de Agosto
- ☐ Lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto (LADA- Lei de Acesso aos Documentos Administrativos )

**Privacidade e proteção de dados pessoais na relação de trabalho – atual quadro legislativo:**

- ☐ arts. 18.º, 26.º, 32.º, n.º 8, 34.º, 35.º, 40.º da CRP
- ☐ arts. 14.º a 22.º do CT
- ☐ arts. 23.º a 29.º do CT
- ☐ art. 170.º do CT
- ☐ arts. 70.º a 81.º do CC
- ☐ art. 13.º da Lei n.º 12/2005, de 26 de Janeiro sobre Informação genética pessoal e informação de saúde
- ☐ Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio - Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada– sobretudo art. 31.º
- ☐ Portaria n.º 273/2013, de 20 de Agosto
- ☐ Recomendação CM/Rec(2015)5, de 1 de Abril, do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre o tratamento de dados de natureza pessoal no contexto do emprego

63

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 35º CRP

Utilização da informática

1. Todos os cidadãos têm o **direito de acesso aos dados informatizados** que lhes digam respeito, podendo exigir a sua retificação e atualização, e o **direito de conhecer a finalidade a que se destinam**, nos termos da lei.

2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua proteção, designadamente através de entidade administrativa independente

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 17.º LADA

Princípio da administração aberta

1- **Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos**, mesmo quando nenhum procedimento que lhes diga diretamente respeito esteja em curso, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal, ao sigilo fiscal e à privacidade das pessoas.

2 - **O acesso aos arquivos e registos administrativos é regulado por lei.**

Artigo 268º CRP

Direitos e garantias dos administrados

2 - **Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos**, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.

Nr. 1 do Artigo 1.º Lei 58/2019

Âmbito de aplicação

A presente Lei aplica-se aos tratamentos de dados pessoais realizados no território Nacional, independentemente da natureza pública ou privada do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, mesmo que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em cumprimento de obrigações legais ou no âmbito da prossecução de missões de interesse público, aplicando-se todas as exclusões previstas no Artº 2º do RGPD.

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 83.º CPA

Consulta do processo e passagem de certidões

1 Os interessados têm o direito de consultar o processo que não contenha documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.

2 O direito referido no número anterior abrange os documentos relativos a terceiros, sem prejuízo da proteção dos dados pessoais nos termos da lei.

(...)"

66

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 6.º Restrições ao direito de acesso (...)

5 - Um terceiro só tem direito de acesso a documentos nominativos:

a) Se estiver munido de autorização escrita do titular dos dados que seja explícita e específica quanto à sua finalidade e quanto ao tipo de dados a que quer aceder;

b) Se demonstrar fundamentadamente ser titular de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido suficientemente relevante, após ponderação, no quadro do princípio da proporcionalidade, de todos os direitos fundamentais em presença e do princípio da administração aberta, que justifique o acesso à informação.

- Todos os "direitos fundamentais" em presença implica necessariamente considerar o artigo 35.º da CRP e acompanhar as imposições do princípio da finalidade.

67

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 268º CRP

Direitos e garantias dos administrados

1. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.

2. Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.

Princípio geral é o do acesso, mas tem que existir uma interpretação efetuada em harmonia com o artigo 35.º da CRP.

Regulamento Europeu Proteção de Dados

Legislação Nacional vs Regulamento – área Administrativa

Artigo 86.º RGPD

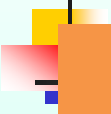
Tratamento e acesso do público aos documentos oficiais

▪ Os dados pessoais que constem de documentos oficiais na posse de uma autoridade pública ou de um organismo público ou privado para a prossecução de atribuições de interesse público podem ser divulgados pela autoridade ou organismo nos termos do direito da União ou do Estado-Membro que for aplicável à autoridade ou organismo público, a fim de conciliar o acesso do público a documentos oficiais com o direito à proteção dos dados pessoais nos termos do presente regulamento.

▪ O presente regulamento permite tomar em consideração o princípio do direito de acesso do público aos documentos oficiais na aplicação do mesmo. O acesso do público aos documentos oficiais pode ser considerado de interesse público. Os dados pessoais que constem de documentos na posse dessas autoridades públicas ou organismos públicos deverão poder ser divulgados publicamente por tais autoridades ou organismos, se a divulgação estiver prevista no direito da União ou do Estado-Membro que lhes for aplicável.

▪ Essas legislações deverão conciliar o acesso do público aos documentos oficiais e a reutilização da informação do setor público com o direito à proteção dos dados pessoais e podem pois prever a necessária conciliação com esse mesmo direito nos termos do presente regulamento. A referência a autoridades e organismos públicos deverá incluir, nesse contexto, todas as autoridades ou outros organismos abrangidos pelo direito do Estado-Membro relativo ao acesso do público aos documentos.





### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento

Lei - 58/2019

Destacamos, de forma simplificada, as principais disposições da [Lei n.º 58/2019](#):


**1.Entidades Competentes**

- a CNPD foi nomeada a autoridade de controlo nacional para efeitos do RGPD;
- a autoridade designada para a acreditação dos organismos de certificação em matéria de proteção de dados é o IPAC, I. P.;

**2.Entidades Públicas**

- as entidades públicas poderão ficar isentas de coimas por três anos com um pedido prévio de dispensa, que depende da aprovação da CNPD;
- admite-se que o tratamento possa ser realizado para finalidades diferentes das que justificam a recolha de dados, desde que esteja em causa o interesse público;

71



### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento

Lei - 58/2019

**3 . Menores**

- a idade considerada para o consentimento de menores é de 13 anos para efeitos de consentimento livre, específico, informado e explícito para tratamento de dados pessoais;
- caso a criança tenha idade inferior a 13 anos, o tratamento só é lícito se o consentimento for dado pelos seus representantes legais, preferencialmente através de meios de autenticação segura;

**4. Relação laboral**

- a recolha de dados biométricos apenas poderá ser efetuada para fins de controlo de assiduidade e acesso às instalações e a sua utilização obedece a regras específicas e definidas;
- as imagens gravadas em vídeo ou outros meios tecnológicos de vigilância só podem ser utilizadas no âmbito de processo penal;

**5. Titulares falecidos**

- os dados pessoais de pessoas falecidas são protegidos quando se integrem nas categorias especiais de dados pessoais ou quando se reportem à intimidade da vida privada, à imagem ou aos dados relativos às comunicações;

**6. Saúde**

- os dados de saúde e genéticos apenas podem ser acedidos por profissionais devidamente abrangidos pela obrigação de sigilo e exclusivamente através de meios eletrónicos, sendo que o acesso a estes dados deve ser comunicado ao titular;

72

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento

Lei - 58/2019

**7 Encarregado de Proteção de Dados (DPO)**

- são definidas funções adicionais para o DPO, nomeadamente: a) assegurar a realização de auditorias, quer periódicas, quer não programadas; b) sensibilizar os utilizadores para a importância da deteção atempada de incidentes de segurança e para a necessidade de informar imediatamente o responsável pela segurança; c) assegurar as relações com os titulares dos dados;

**8 Coimas**

- no caso das grandes empresas, as contra-ordenações muito graves terão um valor mínimo de coimas de 5.000€ e as graves, de 2.500€. Para as PME, os valores mínimos variam entre os 1.000€ e os 2.000€;
- para a determinação da medida de coima, deve ser considerado o volume de negócios e o balanço anual da empresa, o carácter continuado da infração e a dimensão da entidade;
- são tipificados crimes referentes a dados pessoais, nomeadamente a utilização de dados com uma finalidade diferente da recolha, o acesso indevido, o desvio de dados, a violação do dever de sigilo e a desobediência, puníveis com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.
- Não há qualquer isenção ou dispensa prevista para as entidades públicas,
- Mas as entidades públicas podem, mediante pedido devidamente fundamentado, solicitar à CNPD a dispensa da aplicação de coimas durante o prazo de três anos até 9 de julho 2022.

- No entanto, em início de Setembro/2019, a CNPD aprovou uma **deliberação interpretativa** (em 03 de Setembro) sobre a dispensa de aplicação de coimas às entidades públicas:  
Só é possível requerer essa dispensa fundamentada após acusação da prática de um ilícito contraordenacional.

### Regulamento Europeu Proteção de Dados

#### Legislação Nacional vs Regulamento

Lei - 58/2019

Paralelamente -


- **DELIBERAÇÃO/2019/494 (03 de Setembro 2019)**

A CNPD delibera:

a. Fixar o entendimento de que determinadas normas desta lei são manifestamente incompatíveis com o direito da União, centrando, por ora, a sua atenção sobre aquelas disposições que, pela sua relevância e frequência de aplicação, suscitam a premência da adoção formal de tal entendimento;

b. Que, com fundamento no princípio do primado do direito da União Europeia, e nos demais argumentos que a seguir expõe, desaplicará em casos futuros que venha a apreciar, relativos a tratamentos de dados e às condutas dos respetivos responsáveis ou subcontratantes, as seguintes disposições da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto:

1. Artigo 2.º, n.º 1 e n.º 2;
2. Artigo 20.º, n.º 1;
3. Artigo 23.º;
4. Artigo 28.º, n.º 3, alínea a)
5. O regime das contraordenações: os artigos 37.º, 38.º e 39.º;
6. Artigo 61.º, n.º 2;
7. Artigo 62.º, n.º 2;




## Assignment 3 –groups of 3 students!

**Analyse the major challenges to be overcome.**

- There is a video with four major scenes on a new technology ecosystem.
- Your problem is to set a team to address the key challenges to be solved to realize this video.
- You DO NOT need to solve the challenges. But you are going to lead the teams that will address the challenges that you have identified: you are the future team leader, of a very large team, that will be able to drive to answer the problems you identified, with the guidelines that you suggest.

75

75



## Grading criteria

- **You will need to address three different APSEI domains**  
(hint: there are four different scenes in the video, you can structure these answers per scene)
  - Technology challenges to overcome
    - What are the major challenges you identify that need to be address
    - Proper identification of the scope and limitations of the answers provided (and why)
  - Law and regulation blockers
    - Does law and regulation allow the scenarios that are being presented?
    - What needs to be changed/adapted?
    - Address all ecosystem legal and social limitations to be overcome
  - Scalability and challenges
    - What will be the impact of doing this for the whole Europe?
    - What can we expect in terms of scaling problems in a real wide system?
    - What would need to be standardized/already is for these solutions?
- All points to be (soft) graded: D,C,B,A
  - Also quality of delivery will be evaluated
    - Format:
      - Video up to 10 minutes demonstrating/describing the system
      - 12-minute presentation + 5 minutes for questions
      - Presentation handouts. One slide/page per topic, with a maximum of one page per topic per scene

76

76